

Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 178/2019 (DPE), assinado em 03 de Dezembro de 2019 entre a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **BRADOCK SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI**, na forma abaixo:

Diante da permanente necessidade dos serviços desenvolvidos através desta contratação e do interesse das partes em prorrogá-la nas mesmas condições atualmente vigentes, resolvem a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **BRADOCK SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI**, já qualificados no contrato original ora aditado, por meio de seus administradores ao final assinados, celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 178/2019 (DPE), que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO CORPORATIVA"**, contratado mediante Pregão Eletrônico 622/2019, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme autorização concedida em Reunião de Diretoria realizada no dia 19 de Janeiro de 2022, inserida às fls. 2.462/2.463 do Processo nº E-07/100.182/2019, ajusta-se o presente aditivo para promover a renovação do prazo contratual com fundamento no art. 202 e 203 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE, por novos **12 (doze) meses**, conforme justificativa da Comissão de Fiscalização às fls. 2.350/2.353 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da presente contratação, atualizado, passa a ser de **36 (trinta e seis) meses** encerrando-se, no caso de não haver nova prorrogação, **no dia 22 de Janeiro de 2023**, conforme informações constantes às fls. 2.390/2.391 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903981
Fonte de Recurso: 10
Conta Contábil: 411110312.
Centro de Custos: ~~DE05040000~~
ID da Reserva Orçamentária nº: 2022000287

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA - O valor autorizado para a execução deste aditivo é de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, na forma do cronograma inserido às fls. 2.303 e fls. 2.360/2.361, conforme informações prestadas às fls. 2.390/2.391 do processo administrativo referência, por meio de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA**, já cadastrada na CEDAE.

CLÁUSULA QUINTA - O valor consolidado da presente contratação passa a ser de **R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)**, conforme informações prestadas às fls. 2.390/2.391 do Processo Administrativo de referência.

CLÁUSULA SEXTA - Considerando recomendação exarada no Item I) do Parecer Jurídico DJU/DJU-8/APLL Nº 013/2022, acostado às fls. 2.370/2.388 do processo administrativo no sentido do serviço em questão ser qualificado como contínuo, alteram-se as cláusulas do contrato original referentes ao prazo, recebimento provisório e definitivo, passando a constar a redação abaixo transcrita.

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses contados** da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela CEDAE após a assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC."

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de parecer circunstanciado para aceitação provisória (doc. ref. Anexo VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A competência para a emissão do parecer circunstanciado para aceitação provisória será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da CONTRATADA a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente de Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do termo de aceitação provisória (doc. Ref. Anexo I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

I) A CONTRATADA deverá comunicar à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da CEDAE.

II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à CEDAE, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da CEDAE não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a CONTRATADA se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à CEDAE, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de

recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

IV) Persistindo a recusa da CONTRATADA em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

VI) O representante da CEDAE, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à CONTRATADA recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

VII) De imediato, o representante da CEDAE encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à CONTRATADA, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviços n. 14.693/2017, que permanecerá aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

PARÁGRAFO QUINTO: A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à CONTRATADA, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do termo de aceitação definitiva (doc. Ref. Anexo VII da Ordem de Serviço nº 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à CEDAE, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: De igual modo, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de que a CEDAE possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de omissão ou recusa da CONTRATADA em solicitar à CEDAE a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la.

por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO: Persistindo a recusa da CONTRATADA em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

PARÁGRAFO SEXTO: Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a CEDAE.

CLÁUSULA SÉTIMA – Considerando alteração da razão social da Contratada de "BRADOCK SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA." para "BRADOCK SOLUÇÕES CORPOATIVAS EIRELI." na forma do contrato social, autuado às fls. 2.429/2.436 do processo administrativo referência, fica alterado o preâmbulo contratual, passando a constar a redação abaixo transcrita:

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente, e Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, doravante denominada **CEDAE**, e a **BRADOCK SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI.**, estabelecida na Rua Carlos Maximiano, n.º 25, loja, Fonseca, Niterói - RJ, CEP n.º 24.120-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.117.534/0001-90, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. ELOY BENEDICTO OTTONI, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 342.823-3 (IFP-RJ), inscrito no CPF sob n.º 407.758.797-20, residente e domiciliado na Rua Bocalúva, n.º 350, casa, Jardim Guanabara, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.931-340, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem ~~celebrar o presente Contrato~~ com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.182/2019**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 622/2019**, que se regerá pelas normas da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA OITAVA – Considerando a recente deliberação da Comissão Permanente do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, na forma da Ata de Reunião 011/2021 datada do dia 22/09/2021, fica incluída a cláusula vigésima ao contrato original, em

adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018), na forma abaixo transcrita:

"CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONFIDENCIALIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CEDAE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais venha a ocorrer de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Caso a coleta de dados pessoais dos usuários se faça indispensável ao cumprimento do próprio contrato, o seu acesso será solicitado diretamente pela CONTRATADA aos titulares, após prévia aprovação da CEDAE; responsabilizando-se a CONTRATADA pela sua gestão. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar formalmente que a CEDAE será responsável por obter o consentimento dos titulares.

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados sigam um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato sejam armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer

momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

Parágrafo Primeiro - A transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA somente poderá ser realizada caso seja necessária para o atendimento do objeto deste contrato, desde que haja o compromisso com as seguintes garantias:

- a) que a legislação do país para o qual os dados forem transferidos assegurem o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual em virtude das restrições previstas no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) que os dados transferidos sejam tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) que o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, seja e continue a ser realizada de acordo com a legislação brasileira e com a do país receptor dos dados pessoais;
- d) que existam garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizacionais, especificadas formalmente ao contratante, não se permitindo o compartilhamento de dados remetidos por terceiros;
- e) que as medidas de segurança sejam adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição/perda acidental ou ilícita, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito. As medidas de segurança deverão possuir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) que haja zelo no cumprimento das medidas de segurança;
- g) que a legislação que lhe é aplicável não o impeça de respeitar as instruções recebidas pela CEDAE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, que haja comunicação imediatamente dessa alteração à CEDAE que, neste caso, poderá suspender a transferência de dados e/ou aplicar as penalidades cabíveis;

h) que a CEDAE seja imediatamente notificada sobre qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que haja dever legal de sigilo;

i) que as solicitações de informação formuladas pela CEDAE sejam respondidas rápida e adequadamente quando relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência;

j) que a pedido da CEDAE sejam apresentadas as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência, ou com as informações solicitadas pelas autoridades fiscalizadoras.

k) que a CEDAE seja previamente informada sobre a necessidade de subcontratação, cabendo-lhe anuir, ou não, expressamente acerca desta possibilidade. A subcontratação será executada de acordo com o disposto neste contrato;

k.1) Em qualquer caso, a subcontratação somente poderá ocorrer se a subcontratada comprovar que está adequada à LGPD.

l) que seja enviado imediatamente à CEDAE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ~~ao exercício dos direitos~~ dos titulares previstos na LGPD e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, ou quaisquer outros órgãos de controle administrativo.

Parágrafo Quarto - Uma parte deverá informar a outra, sempre que receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito de dados pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

Parágrafo Quinto - O Encarregado pelo tratamento de dados pessoais da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CEDAE no prazo de até 24 (vinte e quatro)

horas contados da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Parágrafo Sexto - A critério do Encarregado da CEDAE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme sensibilidade e risco inerentes aos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

Parágrafo Sétimo - Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CEDAE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

Parágrafo Oitavo - Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e, também, de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

Parágrafo Nono - A CONTRATADA e seus empregados se obrigam a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência deste contrato.

Parágrafo Décimo - A CONTRATADA e seus empregados ficarão terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade da CEDAE, ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência do objeto desta contratação.

Parágrafo Décimo Primeiro - A CONTRATADA e seus empregados deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança adotadas pela CEDAE, além das cláusulas específicas constantes neste instrumento contratual.

Parágrafo Décimo Segundo - O descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e empregados envolvidos durante ou após a vigência contratual."

CLÁUSULA NONA - A CONTRATADA deverá reforçar/prorrogar a garantia contratual conforme previsão contida na cláusula décima terceira, parágrafo oitavo do contrato original

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica inserido o parágrafo sétimo à cláusula décima segunda do contrato original, passando a constar a redação abaixo transcrita, na forma da CI DPE Nº 123/2020 aprovada na REDIR do dia 28/01/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A CONTRATADA manifesta previamente que, na hipótese de a CEDAE reduzir suas operações em face do Projeto de Universalização e Desestatização do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro, aceitará a redução qualitativa ou quantitativa proposta pela CEDAE ou ainda a rescisão unilateral, desde que mediante comunicação por escrito e com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, renunciando a Contratada antecipadamente a qualquer direito, nessas situações, à indenização ou compensação."

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro para fins de mera publicidade e no site da CEDAE, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

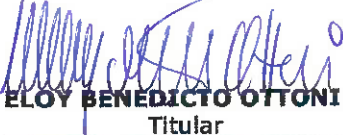
Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2022

Pela **CEDAE**:


LEONARDO ELIA SOARES
Diretor-Presidente


**JULIO CESAR URDANGARIN BATISTA
JUNIOR**
Diretor Administrativo

Pela **CONTRATADA**:


ELOY BENEDICTO OTTONI
Titular

TESTEMUNHAS:

Nome:  RG: 06250746-2

Nome:  RG: 4502986-9

Ref. Ad-BRADOCK-SOLUÇÕES-CORPORATIVAS-LTDA-02-178-2019-promoção-prazo-serviços-contínuos-e-alteração-cláusulas-VBO

PROPOSTA DE PREÇOS, obrigatoriamente abaixo do valor da empresa CONSTRUTORA QUEIROGA LTDA., de acordo com o que dispõem os artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e subitem 14.5.2 do Edital.

João Pessoa, 21 de março de 2022.
ANA KAREN TAVARES BARBOSA MONTEIRO
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL

AVISO DE RETIFICAÇÃO
LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 1.391/2021

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná - SEIL torna público que recebeu do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Retificação da Licença de Instalação nº 1391/2021, com validade até 03 de fevereiro de 2027, referente ao empreendimento "Obras de Implantação da Segunda Ponte Internacional Brasil - Paraguai", no município de Foz do Iguaçu - PR.

Curitiba, 17 de março de 2022.
SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA
Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7ª TACA DO CONTRATO Nº 1492/2019 GMS. PROTOCOLO: 18.490.482-9. CONTRATANTE: PARANÁ EDIFICAÇÕES - PRED. CONTRATADA: JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A. OBJETO: A prorrogação dos prazos de execução e de vigência e a readequação do cronograma físico financeiro do Contrato. PRAZO EXECUÇÃO: 03 de abril de 2022. PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2022. DATA: 04 de março de 2022.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/22CPL/SAF

OBJETO: Aquisição de veículos (automóveis e motocicletas), através de Sistema de Registro de Preços, visando atender os convênios 820703/2015 Cocalis, 819137/2015 Alto Parnaíba e 818230/2015 Planície Litorânea, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. TIPO: Menor Preço por Item. DATA E HORÁRIO: INÍCIO ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS 23/03/2022 às 14h00min; LIMITE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/04/2022 às 08h59min; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/04/2022 às 09h00min; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/04/2022 às 09h30min; LOCAL: Licitações-e do Banco do Brasil. INFORMAÇÕES: CPL/SAF, Rua João Cabral, 2319 - Bairro Pirajá, Teresina - PIAUÍ, CEP 64002-150 FONE (86) 3216-2160 - FAX (86) 3216-2189/ e-mail: licitacaosaf@gmail.com

Em 21 de março de 2022
JESSICA MAYRA BARROS FROTA SILVA
Pregoeira da CPL/SAF

PATRICIA VASCONCELOS LIMA
Secretária da Agricultura Familiar
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
RDC Nº 43/2022

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI dá ciência a todos os interessados que realizará o RDC n. 043/2022, Processo Administrativo n. 00011.041998/2021-14 do tipo maior desconto por item, regida pela Lei Federal nº 12.462/2011, Decreto Federal nº 7.581/2011, Medida Provisória nº 961/2020, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.666/93 e Decreto Estadual nº 16.212/2015. Objeto Reforma da U. E. Raimundo Pessoa, no município de Monsenhor Gil-PI. Fonte de Recursos 100/FUNDEF. Valor Estimado: R\$ 1.090.286,90 (um milhão, noventa mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), Datas e Horários (Brasília/DF): Abertura de Propostas (12/04/2022, 09:00min); Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br - (UASG: 925478), www.tce.pi.gov.br e www.seduc.pi.gov.br/licitacoes. informações: Telefone: (86) 3216-3239, cplseducpi@gmail.com

Teresina (PI), 17 de março de 2022.
MARLLA VASCONCELOS SILVA DE CARVALHO ROCHA
Gerente de Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia da SEDUC/PI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/SSP-PI/2022

via sistema "licitações-e" do Banco do Brasil. Nº DO PROCESSO SEI: 00019.000203/2022-11. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 002/SSP-PI/2022. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE: Secretaria de Segurança do Estado do Piauí. RESUMO DO OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS ANALÍTICOS (CG-FID e UHPLC) E MATERIAIS DESTINADOS AO PREPARO, ARMAZENAMENTO E CUSTÓDIA DE AMOSTRAS DESTINADOS AO LABORATÓRIO DE TOXICOLOGIA DO IML-PI. LOCAL EM QUE OS INTERESSADOS PODERÃO TER ACESSO AO TEXTO INTEGRAL DO EDITAL: www.tce.pi.gov.br; www.licitacoes-e.com.br; cpl@ssp.pi.gov.br; http://www.ssp.pi.gov.br/licitacao.php. Nº NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 928487. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18.04.2022 às 09:00h. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 238.034,20 (Duzentos e trinta e oito mil, e trinta e quatro reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 12.201; Ação orçamentária: 13130; Função: 06; Subfunção: 181; FONTE DE RECURSOS: 118; NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52. Nº NOTA DE RESERVA NO SIAFE: 2022NR00039. INFORMAÇÕES: (86) 3223-2567 ou cpl@ssp.pi.gov.br

MARCIANO MACHADO DE OLIVEIRA
PREGOIRO DA SSP-PI

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022

A Diretora do DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, homologa o procedimento licitatório, Processo 21/1300-0007028-1, conforme segue: Lote 01 adjudicado para a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, CNPJ 57.494.031/0010-54 pelo valor de R\$ 6.482.906,00. Os dados necessários da referida licitação estão disponíveis na página inicial dos sites www.celic.rs.gov.br e www.compras.rs.gov.br.

Porto Alegre/RS, 21 de março de 2022.
LIEGE PASCOTINI DRESCH

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 202/2019 (DPR). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a COOPARIOCA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE TÁXI CARIOCA LTDA. OBJETO: "renovação do prazo contratual e a supressão quantitativa". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). DATA DE ASSINATURA: 03/02/2022. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.370/2019 (Pregão Eletrônico - PE nº 655/2019).

Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 191/2019 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ELEVADORES OTIS LTDA. OBJETO: "prorrogação do prazo contratual". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 89.980,00 (oitenta e nove mil, novecentos e oitenta reais). DATA DE ASSINATURA: 05/01/2022. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.412/2019 (Pregão Eletrônico - PE nº 646/2019).

Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 178/2019 (DPE). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BRADOCK SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI. OBJETO: "renovação do prazo contratual". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). DATA DE ASSINATURA: 20/01/2022. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.182/2019 (Pregão Eletrônico - PE nº 622/2019).

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 848/2021/DELTA/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0046.188575/2021-51.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Sistemas de Automação Laboratorial (equipamentos) e todos os materiais, reagentes e acessórios necessários à realização de TESTES DE HEMATOLOGIA, HEMOSTASIA, BIOQUÍMICA, em atendimento aos programas e projetos prioritários do governo (SISTEMA SGPP) sistema mantido pelo setor de desenvolvimento da CASA CIVIL SOMAR (Comitê de Soluções para Melhoria e Alcance de Resultados) do Estado de Rondônia, quanto a Ampliação do acesso ao diagnóstico laboratorial das hepatites virais, e outros necessários à realização de exames laboratoriais de importância médica assim como aos de monitoramento das doenças/agravos entre outros programas preconizados pelo ministério da Saúde, tendo como unidade de referência o Laboratório de Fronteira de Rondônia - LAFRON/Guaçuá Mirim, de acordo com as condições e especificações discriminadas em Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses de forma continuada. A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, torna público aos interessados e em especial às empresas que retiraram o Edital da licitação em epígrafe, que o certame licitatório está SUSPENSO "SINE DIE", em detrimento da necessidade de análise de pedido de esclarecimento/impugnação. Os questionamentos impetrados foram encaminhados à LACEN-ASTEC via sistema eletrônico/SEI, para resposta. Assim que o questionamento for respondido, fixaremos nova data e horário para a sessão inaugural do certame licitatório. Publique-se no sistema Compras Governamentais e nos meios legais. Outras informações através do telefone: 69.3212-9265.

Porto Velho, 21 de março de 2022.
FABÍOLA MENEGASSO DIAS
Pregoeira/Equipe SUPEL-DELTA

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 011/2022/SEINF
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 20101.018795/2020.33
EMPRESA: 3D ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 11.483.702/0001-90
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA CLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CORONEL MOTA - DESTINADA A CONSTRUÇÃO DO BLOCO ORTOPÉDICO, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR, (CR. Nº 1028.498-29/2015/MS/CAIXA SICONV 826439/2015).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 dias
PRAZO DA VIGÊNCIA: 420 dias.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.063.940,90.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 12/2022

ESPÉCIE: PROCESSO: 21101.002833/2021.80
PROCESSO: 21101.002833/2021.80

TIPO: MENOR PREÇO, que tem por objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA, COM CALÇADAS, MEIOS FIOS E SARJETAS, COM EXTENSÃO DE 720M, NO DISTRITO DE MARTINS PEREIRA, MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS - RR (TERMO DE CONVÊNIO 052926/2019 - SICONV 896590)".

LOCAL E DATA DE ABERTURA: Sala de reuniões da Secretaria de Estado da Infraestrutura/SEINF, sito a Avenida Getúlio Vargas, 3.941, Canarlino, em Boa Vista - RR, no dia 26 de abril de 2022 às 11H30 (horário local).

Os interessados poderão adquirir os anexos do referido edital, diretamente no Site: www.seinf.rr.gov.br, através do link: http://seinf.rr.gov.br/index.php/downloads/category/4-edital, podendo também ser solicitado, em horário de expediente 07h30min às 13h30min, através de E-mail, no endereço eletrônico: seinf.csl@gmail.com.

Boa Vista (RR), 21 de março de 2022.
NAYRANA ROSELY DE MELO NASCIMENTO FIGUEIRA
Presidente da CSL/SEINF

